



# Anais da Assembléia

Nº 46

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 61ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1975

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Otássio Pereira.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Fabiano Braga Cortes e Lineu Turra (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE – Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 36/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 228/74, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, referente aos trabalhos de promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo. Parecer favorável da C.C.J. – aprovado.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36/75

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, referente aos trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização, do Cooperativismo, objetivando seu desenvolvimento e aplicação da legislação específica.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 15, quinta-feira, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 36/75.

Levanta-se a Sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados: Leopoldo Jacomel e Otássio Pereira.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Fabiano Braga Cortes e Lineu Turra.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações à PRIMEIRA IGREJA BATISTA DE CURITIBA, sediada à Rua Visc. de Guarapuava, 3007, pela passagem, ontem ocorrida, do 61º aniversário de sua organização.

Vinculada historicamente ao trabalho pioneiro do consagrado Pastor MANOEL VIRGINIO DE SOUZA, a comunidade religiosa em destaque tem contribuído, notavelmente, para a elevação espiritual e o bem estar do povo curitibano.

Requer, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao dinâmico Pastor MARCILIO GOMES TEIXEIRA, que atualmente lidera a Igreja referida.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata nos trabalhos de hoje, um de voto de congratulações à ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, pela instalação de um escritório no município de Antonina.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1975

a) ADALBERTO DAROS

### JUSTIFICAÇÃO:

A iniciativa da ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, instalando um escritório, para incentivar e orientar o desenvolvimento Agro-Pecuário, no município de Antonina, merece o nosso aplauso e o registro nesta Casa.

Antonina, prejudicada em sua estrutura econômica, assentada na movimentação de seu porto, vê nas atividades agrícolas e na Pecuária, condições para suportar essa anomalia que se pratica contra a terra capelista.

Por isso tudo, parabenizamos a ACARPA pela sua iniciativa em favor de Antonina.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com a máxima vênica a V. Exa., requerer que, ouvido o plenário desta Casa de Leis, seja encaminhado ofícios aos Exmos. Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes e Diretor do DER, no sentido de determinar urgentes providências objetivando a construção das vias de acesso entre a BR-277 e o centro da cidade de Cascavel, especialmente na Avenida Brasil, já que tal obra vem sendo prometida por vários porta-vozes de governos estaduais nas últimas gestões.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja providenciada a reconstrução de um trecho da estrada velha que liga Rio Branco do Sul a Cerro Azul, partindo do lugar denominado Caetê, na Fazenda do Sr. Loro Vaz, até a grande ponte de ferro, sobre o rio Itupava, numa distância aproximada de 15 (quinze) quilômetros, onde se localiza a divisa com Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1975.

a) ALFREDO GULIN.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão de Deputados, para visita à 1ª Feira Estadual de Bezerros do Paraná, a ser realizada em Guarapuava, no próximo dia 18 de maio.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1975.

a) TRAJANO BASTOS

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER se officie ao Sr. Secretário de Educação e Cultura para que se inclua no Plano Estadual de Educação Física, com verba da Loteria Esportiva, a construção do Ginásio de Esportes do Município de Santa Izabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei, REQUER, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, solicitando àquela autoridade que faça incluir no Plano Estadual de Educação Física, a criação do GINÁSIO DE ESPORTES, na cidade de Santo Antonio da Platina.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado estadual subscrito do presente, "data vênua" vem indicar para compor a Comissão de Constituição e Justiça do Estado, de autoria do Deputado Trajano Bastos e outros, os nomes dos Senhores Deputados Waldenício Barbalho e Valter Piétrangelo, do M.D.B.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1975.

## REQUERIMENTO

## PROJETO DE LEI N. 57/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º – Fica instituído o dia 25 de julho como o "Dia do Conono Paranaense".

Art. 2º – O Governo do Estado promoverá em todo o Estado, as comemorações alusivas ao "Dia do Colono Paranaense.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1975.

a) Werner Wanderer.

O SR. PRESIDENTE – Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação imensa que assomamos à tribuna, para dizer ao povo do meu Estado, percorrendo com S. Exa. o Sr.

Governador, no domingo à noite e por toda a segunda geira afora, a nossa região do norte pioneiro, onde S. Exa. o dinâmico governador Jayme Canet Junior, acompanhado por S. Exa., aquele jovem não menos dinâmico, Secretário da Saúde e Assistência Social, que acompanhado também, por S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes, não fazia outra coisa a não ser, verificar os trabalhos de edificação do Governo, pelo seu Estado e por sua gente.

Percorria então segunda feira S. Exa. o Sr. Governador do Estado, os postos de vacinações de toda a região do Norte Pioneiro acompanhado por aquele dinâmico Secretário, Deputado Arnaldo Busato e nós víamos, a euforia estampada no rosto daquela gente humilde, daquela gente que confia em seu governador confiam nos homens que trabalham por sua terra, por sua gente, aplicando o dinheiro do povo em benefício do próprio povo. Ficamos jubilosos, quando vimos S. Exa. o Sr. Governador do Estado, mandando o Sr. Secretário, o dinâmico, Osires Stangel Guimarães, acelerar as obras da Rodovia Parigot de Souza, acelerar as obras da fita asfáltica da Rodovia BR-153. E isso, nós devemos a um governo honesto, dinâmico, arenista, que está trazendo ao Paraná aquela melhoria que o Paraná merece, quando o dinheiro do povo é aplicado em obras de assistência social. Queremos dizer a esta augusta Casa, queremos dizer a S. Exa. o Sr. Presidente, queremos que o Paraná inteiro saiba, que a região Norte Pioneiro foi beneficiada, com crianças humildes vacinadas contra a meningite. A população foi vacinada em toda a região.

Quero parabenizar-me com S. Exa. o Governador do Estado, estendendo estes cumprimentos a S. Exa. o dinâmico Secretário de Saúde e Bem Estar Social, nosso querido companheiro Arnaldo Busato e também ao Secretário de Transportes, que há de inaugurar em breve duas estradas vitais para o Norte Pioneiro, a Parigot de Souza e a BR-153.

Porisso viemos hoje para traduzir a euforia do povo de nosso Norte querido, aquele povo que está sofrendo, mas que há de ver a redenção do Paraná pelos portais da região, de adentrar de Jaguariaíva afora até as fronteiras com o Estado de São Paulo.

Muito obrigado, Governador do Estado, muito obrigado, Arnaldo Busato, muito obrigado, Osires Sthenguel Guimarães, muito obrigado, meu povo que soube esperar e está recebendo a justiça de um Governo justo. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao segundo inscrito, Srs. Deputado Dácio Leonel.

O SR' DÁCIO LEONEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acaba de usar a tribuna o ilustre Deputado Gabriel Manoel e coincidentemente, veio ele para abordar um tema que já havíamos nos proposto a também abordar no dia de hoje.

É que hoje está chegando ao final a primeira etapa da vacinação deste esquema iniciado no dia seis, em cento e cinco municípios que integram a área de Ponta Grossa. Mais de cinco mil paranaenses receberão a vacina a partir da próxima sexta-feira, quando se iniciará a segunda etapa na faixa de Maringá-Cascavel abrangendo mais de cento e oitenta e dois municípios.

É um trabalho de fôlego que o Secretário da Saúde vem desenvolvendo numa causa que não tem cor partidária porque acima de qualquer interesse está a saúde do povo e este trabalho deve ser reconhecido.

Para que se tenha idéia da preocupação do Governo brasileiro quanto ao problema, deve-se observar que a dose de vacina corresponde a seis cruzeiros, somado o custo de sua aplicação.

As oitenta milhões de doses adquiridas pelo Governo do Brasil servirão para imunizar a população brasileira.

No Paraná a campanha vai se desenvolvendo com o sucesso almejado sob a coordenação do Secretário de Saúde que se colocou a favor da causa que é a saúde do povo.

Gostaria, Sr. Presidente, de fazer um registro da visita que recebemos em nosso gabinete, de representantes da Câmara Municipal de Londrina, que vieram a Curitiba integrando uma Comissão daquela Casa Legislativa, solicitando a implantação em Londrina de uma Delegacia Regional especializada em trânsito, Delegacia esta que terá como finalidade principal a elaboração de inquéritos referentes a acidentes de trânsito, desacomulando assim o serviço que atualmente é feito pela 10ª Subdivisão Policial.

Indiscutivelmente, é uma demonstração de interesse daqueles nossos companheiros de Londrina, e tudo faremos para que possamos somar nossos esforços para que tais objetivos sejam alcançados.

Eram estes os registros que gostaríamos de fazer, hoje, desta tribuna. O primeiro deles, na homenagem que prestamos a um homem público, pelo trabalho extraordinário que realiza à frente da Secretaria de Saúde Pública e Bem Estar Social. Outra manifestação aos nossos companheiros, vereadores de Londrina.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, terceiro orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Ainda estão quentes, no ouvido do povo brasileiro, as palavras do Presidente Ernesto Geisel, em Joinville, quando preconizou para breve as soluções dos problemas sociais de nosso País, através da melhor distribuição de rendas.

Ao assinar o aumento de 40,4 por cento aos trabalhadores, S. Exa. o Presidente da República, reconhecia não estar ainda o salário do trabalhador com seu poder aquisitivo, mas prometeu o esforço e o empenho do Governo para reconhecer a importância do trabalho na construção deste grande País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o trabalhador brasileiro sabe que num País convulsionado por crises internas como a Argentina, o salário mínimo está acima de mil cruzeiros, e o custo de vida é dos mais baixos do mundo: e a Argentina, Sr. Presidente, é um país que há quase vinte anos atravessa a mais grave crise interna da história da América Latina, conseguindo manter os seus salários em nível elevado, numa demonstração de que as conquistas dos trabalhadores estão acima até dos embates ideológicos.

O meu objetivo, Sr. Presidente, não é trazer à Casa a minha apreensão pela situação dos trabalhadores, pois sabem eles que o aumento salarial já está comprometido pela espiral inflacionária, já que o Governo anuncia uma ampliação nos meios de pagamento na ordem de 30 por cento, o que, com a incorporação do abono de 10 por cento, que já era correção salarial transforma o aumento dos trabalhadores em zero por cento.

Em simples correção monetária salarial. Em simples devolução de poder aquisitivo baixo que existia em março deste ano.

E ainda mais, Sr. Presidente, se levarmos em consideração um anúncio feito através da imprensa, que dentro de mais algum tempo, teremos novo aumento de gasolina.

"Mas quer este Deputado, Sr. Presidente, perguntar a esta

Casa: e os funcionários públicos estaduais?

Com 8 por cento de aumento em março deste ano, com seus salários corroídos pela inflação, com seu Plano de Classificação de Cargo congelado, como ficarão os funcionários do Estado?

E os servidores efetivos, os funcionários com mais de 20 anos de serviço, os professores, técnicos, pessoal de nível universitário do Estado, os médicos, advogados, dentistas do Estado, e mais ainda, Sr. Presidente, e as nossas Zeladoras do interior, que ganham menos que o salário mínimo, 150 e poucos cruzeiros?

Meu objetivo é apresentar apelo ao Sr. Governador do Estado: por favor, envie a esta Casa uma mensagem de aumento decente aos servidores estaduais.

São essas nossas palavras e nosso muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois do interregno da proliferação da terrível enfermidade, a meningite, depois de haver esta enfermidade ceifado centenas de vidas neste Paraná, nós vimos neste fim de semana num aparato político e numa demagogia extraordinária, o Sr. Governador do Paraná, acompanhado do Deputado Gabriel Manoel e do Secretário da Saúde, descendo de helicóptero, de cidade em cidade, como se quisesse dizer: "O Anjo da Guarda desce nesta região abandonada para salvar o povo que já vinha morrendo há 10 anos".

O Paraná existiu e o Povo estará aí e a meningite ceifando vidas e o Governador era da ARENA, também estava aqui o Deputado Gabriel Manoel, representante daquela região.

Depois de uma luta tremenda, principalmente da Oposição, diga-se em alta voz, lá no Congresso Nacional, das denúncias constantes de que o povo, principalmente as crianças do Paraná estavam morrendo de meningite, sem atendimento de seu poder, graças a Deus apareceu o remédio salvador, apareceu a vacina.

O Sr. Governador nos perdoe nossa franqueza, não seria oportunidade para isso, descer de porta em porta, em cada cidade daquela região abandonada, no instante em que promoviam o cumprimentod e um dever que já deveria ter sido cumprido há 10 anos, porque centenas de vidas de crianças e adultos foram ceifadas naquela região norte, norte pioneiro, esquecido, abandonado, relegado ao mais triste abandono deste Estado do Paraná.

E aqui vem, com euforia, um dos representantes do Governo nesta Casa, dizer que estivemos vacinando o povo de nossa região do Norte Pioneiro.

Que se deixe bem claro e que se faça anotar, Sr. Presidente Anais da Casa que, tardiamente, chegou o lenitivo para não se permitir que esta terrível doença alcance as vidas paranaenses e brasileiras, Chegou sim, mas através de um trabalho conjunto e chamo a atenção de todos no sentido de que os valores das coisas aparecem quando não se tocam trombetas, para dizer que um trabalho conjunto, um trabalho do qual participou a Oposição, o nosso Partido, os homens que sabem cobrar do Governo aquilo que pertence ao povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, quinto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No cumprimento de nosso mandato eletivo temos a responsabilidade de trazer, através de pronunciamentos, os assuntos que se relacionam com a vida social do povo que aqui é representado.

O funcionalismo público constitui parcela importante deste mesmo povo. São várias as entidades que se estabeleceram com o objetivo de promover o bem estar e a própria segurança econômica da laboriosa classe.

Entre as que foram constituídas legitimamente encontramos a Cooperativa Mista dos Servidores do Estado Ltda. Essa, recebeu por parte do então interventor Manoel Ribas, valioso apoio para que se desenvolvesse.

Com assintura de diversos sócios desta Cooperativa, recebemos um expediente pelo qual somo solicitados para, como parlamentar, manifestarmos em nome deles opiniões sobre a situação que, atualmente, se encontra a entidade e também sobre sua administração.

Entre outros tópicos, encontramos, nesta missiva, os seguintes:

“O motivo principal do presente é solicitar ao nobre Deputado, que se digne a falar e fazer com que seja registrado nos trabalhos deste Poder democrático, o nosso sincero apoio e integral solidariedade ao grande e valioso concurso promovido pela administração da nossa COOPERATIVA MISTA DOS SERVIDORES DO ESTADO LTDA., que, chefiada pelo incansável lutador Manassés Inocêncio de Miranda, vem, desde os idos de 1966, fazendo tudo por sua sobrevivência.

E, não só por isso, muito mais ainda, como vimos acompanhando e tomando conhecimento através das assembléias gerais levadas a efeito pela referida administração, do seu corajoso e espinhoso empenho pela reconquista do inalienável patrimônio de que foi, e deverá ser sempre donatária, honrando a memória do maior benfeitor da Cooperativa, o saudoso ex-interventor MANOEL RIBAS.

Como é do conhecimento público, o referido patrimônio da Rua André de Barros, fora vendido à Companhia Agro Pecuária de Fomento Econômico – Café do Paraná, por 30 mil cruzeiros, em 11 de novembro de 1964, quando da sua primeira interventoria.

A preservação do Imóvel em causa, felizmente, estava expressa na Portaria Ministerial, que decidiu determinar dita intervenção, exatamente por tratar-se de uma doação, cujas cláusulas contratuais foram integralmente cumpridas pela Cooperativa.

Daí, decorreu a campanha, contra um ato que a Administração da Cooperativa então restabelecida, teria forçosamente que protestar, como efetivamente fez, primeiro nas palavras inesquecíveis proferidas nesta Casa de Leis, pelo iminente e saudoso Deputado Edgard Távora e seu colega Dr. Joaquim Méia, conforme constam das publicações levadas a efeito. Em seguida, aquela Direção da Cooperativa, cujos principais membros são ainda os mesmos, moveu ação judicial pela retomada do patrimônio, sendo seu advogado o saudoso e culto doutor Manoel Linhares de Lacerda, que, em rico e farto documentário, expôs os direitos impostergáveis da entidades, sendo por isso reconhecido pela Justiça do Paraná e pela Suprema Corte do País, mandando cassar o registro da transação, considerada nula de pleno direito.

Desde o início a direção da Cooperativa sempre procurou

gestionar junto ao Governo do Estado, no sentido de que fizesse justiça aos seus auxiliares, facultado dentro da própria Constituição Estadual de 12/7/74, em seu Artigo 156, quando se expressa: “Item I – Um plano de assistência que compreenderá previdência, assistência médico-dentária, hospitalar, colonias de férias e Cooperativas de Consumo, com seções de crédito”.

Mas, a vitória concedida pela Justiça à Cooperativa após decorridos oito longos anos, fez com que, em data de 31 de março último, por sua respeitável decisão, viesse sua Direção tomar posse do patrimônio, as 11 horas da manhã daquele histórico dia, perante os homens da “Café do Paraná”.

Foram indeferidos todos os apelos por esta dirigidos ao MM. Dr. Juiz de Direito da 17ª Vara Cível de Curitiba, não lhe restando agora, senão recorrer a uma segunda intervenção na pessoa do ilustre Cel. Jacson Pitombo Cavalcanti, o que ocorreu no dia 25 de abril pp. às 22 horas, afastando-se do cargo todavia, cinco dias após, por motivos de saúde.

Surge agora, a terceira intervenção, quando novas acusações de desmandos são imputadas à Direção da Cooperativa, relatando a existência de cerca de 150 títulos protestados e avultado débito com o advogado Joaquim Lopes.

Tais protestos, no entanto, sabemos nós associados da Cooperativa, que quase em sua totalidade o foram no tempo da primeira intervenção, cabendo sem dúvida, uns 30 protestos durante a última administração, porém, justificados ante a retenção de seus créditos, que por duas vezes dormiam na Secretaria da Fazenda.

Esse foi o auxílio concedido pelo Governo à Cooperativa de seus servidores que agora, inconformado com sua derrota na Justiça, promove paralelamente, desapropriação do imóvel e gestiona para sua terceira intervenção, que, embora investido no cargo por Portaria do INCRA, já sem condição de PRESERVA-LO, como aconteceu da primeira vez, por certo, o novo e ilustre Titular Interventor saberá dar-lhe especial tratamento.

Esperam os signatários deste apelo, que S.S. face tal desapropriação, a bem do direito de propriedade e da necessidade da Cooperativa, seja-lhe indenizado o justo valor equivalente àquele de que é donatária, ou na falta, por outro imóvel digno de ser compensado no seu vultuoso acervo.

Quanto ao passivo, ou sejam, as dívidas da entidade, se elevadas, e são efetivamente, não por desmandos cometidos, porém contraídas com advogados na defesa de tão penosa e prolongada causa judicial, cabendo, no entanto, aos perdedores, a quitação competente perante tais profissionais.

Se contas a pagar existem, como é natural, em vista da situação, não de desmandos, mas de luta persistente, sem ajuda de quem tinha e tem obrigação indeclinável de prestar, não supera muito a casa dos seis mil cruzeiros. Muito gratos ficam os signatários a V. Exa. pela leitura da presente exposição”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, observamos haver preocupação por parte dos cooperativados de que não estando o Sr. Manassés Miranda na administração da referida organização falta o mesmo entusiasmo para a concretização das medidas que a Justiça reconheceu ser de direito. cremos, entretanto, na integridade daqueles que estão intervindo na compra da Cooperativa Mista dos Servidores Ltda., por isso consignamos daqui voto de confiança de que os subscritores do apelo e os demais sócios verão dias passarem e a segurança do patrimônio arduamente conquistado, para gáudio de toda a classe. – Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Fidelino Tolentino, quinto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De acordo com o registro estatístico do IBGE, consta que Cascavel é a segunda cidade que mais cresce, no País depois de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, guardadas as proporções. Em terceiro lugar, vem a cidade de São Paulo.

Srs. Deputados, temos, através de várias batalhas políticas observado que a Avenida Brasil, uma das mais amplas, bem organizadas e arborizada via de acesso de quase todas as cidades brasileiras, um cartão de visita para a cidade e um espelho para muitos urbanistas, vários governos do Estado do Paraná pretendendo lograr vitórias em pleitos eleitorais em processos municipais e estaduais, tem feito promessas de ligações da Avenida Brasil, tanto no extremo anterior como posterior, ligando-a à BR-277, e isto nunca passou de promessa.

Recentemente, Srs. Deputados, houve um pacto, pelo menos verbal, entre o Prefeito de Cascavel e o Exmo. Sr. Governador do Estado, então Sr. Emilio Gomes, através das lideranças políticas, segundo anunciava o Chefe do Executivo de Cascavel, que, ele deixava as fileiras do MDB, que ele ingressara e se incorporava atrelado à campanha de um representante do Governo, a uma candidatura que postulava a esta Casa de Leis. Neste acerto, aquele Prefeito haveria de dar apoio a um candidato da ARENA, que segundo nos consta – e não vai aqui nada de pessoal. . .

O SR. PRESIDENTE – Esta Mesa informa ao nobre Deputado que o tempo está esgotado, restando-lhe um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Com a devida vênia, pelo meu relógio são 3 minutos; em todo o caso, acatarei com o máximo respeito a decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE – A Presidência esclarece que o relógio pelo qual nos baseamos para a condução dos trabalhos é o nosso. Obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Vejam, Srs. Deputados, que expedientes demagógicos como estes que foram lançados não por tantos governos, por tantos pretendentes a uma cadeira neste Legislativo, e também no Executivo Municipal, lembro-me que um dos prefeitos ganhou a eleição lá em Cascavel, o antecessor do atual, baseado em promessas jamais cumpridas, e recentemente, para surpresa nossa, tomamos conhecimento de que a participação do Governo do Estado nesta obra de pavimentação asfáltica da Avenida Brasil à BR-277, num trecho equivalente a menos de dez quilômetros, ou seja, cinco em cada um dos seus extremos, esta promessa não passou da participação do Governo apenas do fornecimento topográfico e da presença de um engenheiro, segundo nos consta, para ali dizer que poderia ser feita a Avenida Brasil.

Evidentemente, que esta demagogia, nós queremos que seja do conhecimento de todos os Srs. Deputados. E observem que está na Mesa, para tramitação nesta Casa, um requerimento, solicitando que se concretize aquela obra, que se faça a Avenida Brasil que não mais é do Município mas esta obra transcende aos interesses municipais porque ali, no entroncamento desta rodovia que liga Toledo a Cascavel, que liga Campo Mourão a Cascavel, que liga a tantos outros municípios, é o ponto de encontro da Avenida Brasil com esta Rodovia e da BR-277.

Queremos fazer um apelo no requerimento dirigido à Mesa porque S. Exa. o Sr. Governador do Estado, e segundo informes a nós chegados, teria também entrado num entendimento nos dias que antecederam ao pleito de 15 de novembro, queremos cobrar de S. Exa. que fez promessa ou não fez, que concretize objetivamente este anseio da população de Cascavel, para que ao menos, neste Governo, se implante uma filosofia de concretização dos objetivos que é o anseio da população do Paraná.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, primeiro orador para o Grande Expediente inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “Estivemos nos últimos dias oito, nove, dez e onze e doze viajando pelo interior do nosso Estado, organizando Diretórios do meu Partido, o MDB. Fui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aumentar a representação partidária do meu partido, o MDB. Fui organizar, no interior, o meu partido para podermos participar nas eleições municipais de 1976, onde o povo terá condições de escolher democraticamente os seus representantes, exercitando, desta forma, a democracia.

Devo agora, Sr. Presidente, reportar-me ao assunto aqui enfocado, na última sexta-feira, quando não estávamos presentes porque estávamos no interior do Estado, como já dissemos, a trabalhar pela democracia. Fui ao interior organizar o MDB a participar das eleições de 76.

Devo, continuo a me reportar ao assunto aqui enfocado, pelo nobre representante da Arena, Sr. Alfredo Gulin.

Declarou o Deputado Alfredo Gulin se permitem os Srs. Deputados “que não mantem sequer a simples condição de acionista de qualquer empresa ligada ao serviço de transporte de Curitiba.

Data vênia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto não é verdade. E porque não tolera esse parlamentar a “impostura”, o oportunismo, a artimanha, a mentira” é que se afirma ele ter procurado embair a atenção do Poder Legislativo, deixando assim de possuir condições para continuar integrando-o”.

Mas vamos, Sr. Presidente, aos documentos.

“No dia 9 de maio de 1974, o município de Curitiba firmou contrato com a Empresa de Transportes Coletivos Glória Ltda., para, em prorrogação, explorar esta os serviços urbanos de ônibus “Expresso” e “Convencional”, conforme publicação estampada no “Diário Oficial” (Atos do Município de Curitiba), do dia 5 de junho de 1974.

Na MM. Junta Comercial do Paraná funciona em posição de prestígio, um genro do Sr. Deputado Alfredo Gulin.

Eleito deputado estadual este cidadão, no dia 16 de dezembro de 1974, requereu a cessão e a transferência das ações que possuía na Empresa de Transportes Coletivos Glória Ltda., a sua esposa. No outro dia, o seu requerimento já se encontrava deferido.

Acontece, porém, que a maior acionista de Transporte Coletivo Glória Ltda., era a firma Irmãos Gulin Ltda., da qual Alfredo Gulin não se desligou!

A anexa certidão, fornecida pela MM. Junta Comercial do Paraná, em data de 9 de abril de 1975, testifica que dela faz parte, como sócio, Alfredo Gulin.

Dispõe a Constituição do Estado do Paraná, em seu Art.

9º: "O Deputado não poderá: I – Desde a expedição do diploma:

a) Firmar ou manter contrato com pessoas de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público. . ."

O Deputado Alfredo Gulin participa, como sócio, da firma Irmãos Gulin Ltda., principal responsável pela Sociedade Mercantil de Transporte Coletivos Glória Ltda., da qual se dizem seus integrantes, únicos proprietários. E esta é concessionária de serviços públicos.

Dispõe a Magna Carta ainda, em seu artigo 10º: "Perderá o mandato o Deputado: I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior".

Não é preciso, Sr. Presidente, observar-se mais nada.

(Continua lendo): "Doutrina CARLOS MAXIMILIANO que o constituinte deseja, assim, colocar "freios e contrapesos" na atuação de parlamentares dentro dos princípios que caracterizam o sistema vigente.

Participando de uma sociedade por cotas limitadas, o Deputado Alfredo Gulin incide na perda do mandato e melhor faria S. Exa. se poupasse ao Poder Legislativo e à Justiça o dissabor de apreciar a proposta da perda de seu mandato, renunciando, desde logo, as funções para as quais foi.

Pretendeu o Deputado Alfredo Gulin induzir a Casa à conclusão ligeira de que nem mesmo é acionista.

Isto já está repondido.

Resta salientar entretanto, que, segundo o insigne tratadista

WILSON DE SOUZA CAMPOS BATALHA, na sua obra "Sociedades Anônimas e Mercado de Capitais", a "responsabilidade dos sócios", é sempre solidária e "atinge a cifra no capital social". Assim, a "cota indica uma participação no capital social e, salvo disposição em contrário, assinala a proporção da participação nos LUCROS E PERDAS DA SOCIEDADE.

A cota não pode ser representada por título negociável, enquanto o acionista pode fazer da sua ação o que bem entender -

Efetivamente, o Deputado Alfredo Gulin não é acionista do Transporte Coletivo Glória Ltda., mas é o sócio cotista de Irmãos Gulin Ltda., que por sua vez é a única detentora do Transporte Coletivo Glória Ltda.

Observe-se que essas duas firmas não se regem pelo sistema de capital aberto, previsto nas sociedades anônimas. Assim, Alfredo Gulin é sócio de Irmãos Gulin Ltda., e não acionista, como procurou fazer crer . . .

O SR. ALFREDO GULIN – V. Exa. permite um aparte?

O SR. ADALBERTO DAROS – Sr. Presidente, estou com a palavra, e gostaria que a Mesa me assegurasse esse direito.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa assegura a palavra a V. Exa.

O SR. ALFREDO GULIN – (PELA ORDEM)

Sr. Presidente, peço ao nobre Deputado que não me dirija ataques pessoais.

O SR. PRESIDENTE – Não há respaldo no pedido do nobre Deputado Alfredo Gulin.

A Mesa só teria a aconselhar, ou sugerir, melhor dizendo, ao Deputado Daros dentro de suas condições de homem público, que concedesse apartes quando solicitados.

O SR. ADALBERTO DAROS – Concederei aparte assim que concluir o que tenho a dizer.

"Assim, Alfredo Gulin, é sócio de Irmãos Gulin Ltda. e não acionista, como procurou fazer crer.

O acionista não é comunheiro dos bens sociais, nem credor da sociedade. Mas o sócio cotista o é.

E o Deputado Alfredo Gulin faz parte, como sócio cotista, de Irmãos Gulin Ltda., que por sua vez são os únicos proprietários dos Transportes Coletivos Glória, segundo eles fizeram constar do próprio contrato social.

Finalmente, Sr. Presidente, considerando o que dispõe o Artigo 12 da Emenda Constitucional número 3 (três) levando em conta a circunstância de que em seu último discurso, na sexta-feira, o Deputado Alfredo Gulin praticou delito contra a honra, quero anunciar nesta Casa e aos que aqui estão presentes que irei processá-lo criminalmente. Para tanto, nobre Deputado, já outorguei mandato escrito ao ilustre e culto advogado Osmann de Oliveira, para que formule em meu nome, a competente queixa crime perante o excelso Tribunal de Justiça do Paraná.

Por esta razão, nobre Deputado, deixo de pedir a extinção de seu mandato hoje, na certeza porém, de que outros o farão, em defesa da boa imagem do Poder Legislativo".

Ouçoo o aparte do Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN – Se V. Exa. quiser, pode pedir hoje a extinção do meu mandato, pode pedi-la, não a tememos, porque sabemos que estamos dentro da lei. Quero dizer a V. Exa. que o caso das ações que o Sr. proferiu edsta tribuna em discurso anterior, que poderíamos votar em Saul Raiz por uma falha de lei, que em absoluto não haveria necessidade de transferirmos as ações que estavam em nosso nome, para o nome de nossa esposa. Vivemos realmente num regime democrático, e regime democrático diz respeito a regime capitalista, e num regime democrático, num regime capitalista, não tem lógica que não queiram que compareçam nos Parlamentos, nos Estados da União, os homens de empresa. Isso seria uma inversão da lei. Não tem lógica nenhuma.

Pediria a V. Exa. que deixe de fazer demagogia e trabalhasse em benefício do povo. Que deixe essas coisas que o Sr. levantou e se quiser mover um negócio no tribunal, onde o Sr. entender, que deve mover pode mover. Mas que deixe esta Assembléia, que esses homens eleitos pelo povo, que vieram aqui para trabalhar em favor do povo, para fazer leis que vão de encontro às idéias do povo, que deixasse esta Assembléia trabalhar e se o tiver meios para cassar nosso mandato, tente para ver se consegue.

Outra coisa que quero dizer a V. Exa., é que na realidade nós que iniciamos na lavoura passamos à indústria e comércio, graças a Deus, fomos felizes e tivemos sucesso.

Tendo nosso País, como acabei de falar, um regime democrático, temos aí essa estrutura que é Curitiba, que é o Estado do Paraná, e está aí funcionando. Isso por quem foi construído? Foi pelos seus filhos, pelos que passaram por essa terra e pelos que estão aqui trabalhando. Por acaso iria o Estado, a Nação e os homens de maior capacidade fazer uma Constituição que iria proibir que comparecessem ao Parlamento dos Estados e da União os homens de empresa? Por que? Será que esses não teriam capacidade para participar, ou viriam os homens de empresa junto com estudantes, com a classe trabalhadora e todas as outras classes, formar um complexo de elementos que realmente representariam uma Assembléia autêntica do povo?

Outra coisa quero dizer a V. Exa., as ações que existem, e que transferimos para nossa esposa, da firma, a Constituição não diz que não é nem Deputado nem é firma. Isso é coisa que já existe. Não é coisa que se fez depois.

Outra coisa que está prevista na Constituição. Mesmo a-



firmas, as empresas de ônibus de Curitiba, todos os contratos são iguais. Não tem nenhum contrato de favor. A Constituição é clara. Só mesmo a pessoa que explorasse com cláusula de favores. Não há nenhuma cláusula de favor no contrato com as empresas de transporte coletivo.

Esse negócio que o Sr. levanta agora, tudo é demagogia, é o Sr. fica aqui para criar polêmica. E essa coisa toda. Isso já é hereditário, de sua família. É coisa de seu pai já. Nós o conhecemos muito bem. Então, o Sr. fica criando problema, sem existir, nem há razão para isso.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Deputado...

O SR. ALFREDO DAROS — Não há...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa assegura a palavra ao ilustre Deputado Adalberto Daros. A concessão de aparte é de exclusividade dele.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Talvez fosse demagogia vir a esta tribuna e acusar o Sr. Alfredo Gulin, talvez fosse. No entanto, gostaria de dizer em alto e bom som, especialmente ao Deputado Gulin, por favor, nunca mais em sua vida repita o que disse aqui hoje, para o seu bem, por favor.

O SR. TRAJANO BASTOS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Daros, foi de uma infelicidade a toda a prova o Deputado Gulin quando em aparte cedido por V. Exa., invocou a figura honrada e digna de Waldemar Daros, ex-Deputado homem do espírito público que todo o Paraná conhece. Não seria o ilustre Deputado Gulin que iria denegrir a personalidade de Waldemar Daros.

Na qualidade de vice-líder do nosso partido solicito a V. Exa., Deputado Daros, que tenha complacência com o que foi dito pelo Deputado Gulin e que V. Exa. não incorra no mesmo erro ao responder nos mesmos termos. Apelo a V. Exa. para que, através de sua conduta como parlamentar, de homem do espírito público que todos nós conhecemos, prossiga o seu pronunciamento nos termos que dignifica, que honra e que credencia o tribuno nesta Casa de Leis.

O SR. ADALBERTO DAROS — Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, é com tristeza que vejo um Deputado como Alfredo Gulin, membro desta Casa nesta Legislatura, tentar denegrir a memória de um ex parlamentar que há tanto tempo ouvi falar e aprendi a respeitar e admirar

Ja que V. Exa. citou o ex Deputado que tanto honrou o Parana como demagogo, gostaria de dizer a V. Exa. nobre Deputado que imbral é a sua família. O ex-Prefeito de Curitiba que assumiu durante dez ou quinze dias a Prefeitura, para beneficiar as empresas de transporte coletivo da qual sua família faz parte, aumentou as tarifas prejudicando o povo desta cidade. A V. Exa. Alfredo Gulin, eu peço neste momento, que não repita mais o que disse hoje, porque senão a história e o curso de nossa Legislatura poderão mudar. Não podemos admitir que alguém, em sua defesa, venha atacar aqueles que tão bem defenderam e tão bem levaram este Estado ao ponto que está.

V. Exa. é um homem de empresa mas houveram outros que sentaram no lugar em que V. Exa. esta hoje e defenderam os interesses deste Estado e desta coletividade. Portanto nobre

Deputado Gulin a sua família explorao transporte coletivo de Curitiba e explora o povo de Curitiba. Muito obrigado, Deputado Adalberto Daros, pelo aparte.

O SR. ADALBERTO DAROS Agradeço o seu aparte Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. DEL CIEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Prezado companheiro Daros divido o seu sentimento nesta oportunidade e faço o seu sentimento o nosso. Estou mesmo certo que V. Exa. alcançará a mesma inspiração que teria o seu pai parlamentar de tão saudosa memoria.

E verdade, é certo que quando muito falamos caímos no vazio e acarretamos prejuízos. Na certeza de que V. Exa. encontrara a mesma inspiração de seu pai e deixará como resposta ao infeliz aparte do Deputado Gulin o silêncio. O silêncio que nessas acusações marcam e calam fundo a todo ser sensível a todo ser humano e consciente Nós esperamos que V. Exa., nesta oportunidade, que tanto honra nosso Estado se fazendo presente em defesa dos mais cruciantes problemas do nosso povo e do Estado, em todas as oportunidades que se esperava uma participação.

Tenho certeza que V. Exa. assim procederá para poder continuar através do seu comportamento da sua atuação que todos nos a reconhecemos como de grande valor para o nosso Estado cumprindo sua missão, com sua obrigação parlamentar. Era esse o nosso aparte, na certeza de que V. Exa. saberá compreender e superar este momento difícil que atravessa nesta tribuna, neste instante.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Daros, eu sou parlamentar quero crer, não experiente, mas tenho nesta Casa uma permanência posso até considerá-la longa. Fui, portanto, um dos Deputados que por alguns meses teve a felicidade de, na condição de suplente, participar dos trabalhos da 5ª Legislatura, na qual o saudoso progenitor de V. Exa., Deputado de saudosa memória, marcava época com a sua atuação sempre presente nas sessões daquele Legislativo. E eu confesso que sou um dos admiradores do ex-Deputado de saudosa memória, Waldemar Daros. A família de V. Exa. soube marcar pela atuação, época na História política de nosso Estado, uma família que tem tradição, não só na política como também no foro de nossa Capital. Por outro lado, Deputado Daros aprendi a admirar uma família de empresários de Curitiba, uma família que, chefiada pela empresa Alfredo Gulin, que começou na Capital do Estado quase que do nada, com recursos parcos porque a história das empresas chefiadas pelo eminente Deputado Gulin, está aí para contar os sacrifícios e vicissitudes das vitórias conquistadas por ele, fazem com que eu admirasse a capacidade de trabalho da família Gulin.

Hoje, esta Casa tem oportunidade de contar com a presença de V. Exa., digno intérprete inteligente que uma corrente de pensamento sabe ser representada por V. Exa., de maneira mais digna, mais ativa, que V. Exa. é um Deputado independente.

Por outro lado, esta Casa tem também o privilégio de contar com a presença do Deputado Gulin, homem que nós podemos dizer se inicia agora na vida pública, nas lides políticas, que traz uma tradição empresarial, o que, haverá de enriquecer os conhecimentos das comissoes tecnicas desta Casa, e pretende



a bancada da ARENA, que ele possa, nas suas intervenções, quando a experiência parlamentar estiver presente nas suas ações, muita ajuda, para que as decisões desta Casa sejam sempre mais humanas, mais justas. E por ver, nobre Deputado, que emocionalmente as duas partes talvez estivessem ainda mais possuídas de melindres por pronunciamentos anteriores aqui proferidos, apartes dados, e eu já disse, com a emoção de se pretender justificar qualquer atitude, possam e até tenham criado um clima de divergência que eu quero acreditar que a inteligência e o espírito público de V. Exa. haverão de compreender e de, entendendo a nossa posição aqui, porque aqui nós haveremos de viver quatro anos como uma família, como irmãos e, queremos alcançar os mesmos objetivos, aqueles que de bem defender os interesses da coletividade nossa, haverão de fazer com que V. Exa. e o eminente Deputado Gulin considerem este episódio, ao menos em plenário, encerrado, para que como homens maduros que todos nós somos, possamos a qualquer momento discutir qualquer dúvida e interpretar legalmente a posição de um ou de outro.

É o apelo que faço a V. Exa. porque sei que a amizade que me liga a V. Exa. me credencia a fazê-lo, para dizer que acredito sinceramente de que o episódio poderá ser encerrado em termos de plenário para que qualquer entendimento possa ser feito, a nível de reunião de bancada, ou a nível de reunião de ambos os Deputados que eu sei amam o Paraná e prezam a imagem que cada um possa e deve ter e manter junto à opinião pública.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço o aparte de V. Exa., e gostaria, nobre líder, de meu amigo Deputado Ivo Thomazoni, de apenas esclarecer um ponto.

Quando da última vez que estivemos na tribuna falando, a este respeito, dissemos, naquela oportunidade, que para nós o assunto estava encerrado, meu caro Deputado, que deixava tudo aquilo que havia ocorrido, à deliberação e na consciência de cada um. Todavia meu Caro deputado, na última sexta-feira fui infelizmente, Deputado chamado de mentiroso, e além de ser chamado de mentiroso, teríamos levado a pecha não muito agradável, a que o Deputado Gulin nos colocaria em seu discurso.

Assim caro, Ivo Thomazoni, quero agora e desta tribuna, dizer a V. Exa. que, em termos de Assembléia Legislativa, a não ser que hajam outras provocações, eu encerro hoje o meu assunto — declaro e a bom som alto — em termos de Assembléia Legislativa e desde já, Sr. Presidente, gostaria de requerer à Mesa certidão da ata da última sexta-feira, no que diz respeito a este assunto, certidão também do dia de hoje, da ata desta Sessão com respeito a este assunto. Tem o aparte o Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Gostaria de manifestar, pelo respeito que tenho a inteligência e à capacidade parlamentar de V. Exa. o meu ressentimento pela falta de afinidade do Deputado Gulin, quando dirigia menosprezo ao vosso progenitor, Waldemar Daros.

Parlamentar que conheci em toda a sua caminhada de trabalho como representante do povo do Paraná, ativo, inteligente, e abnegado na luta pela defesa dos direitos do povo. Waldemar Daros, deixou nos Anais desta Casa o retrato de uma grandiosidade parlamentar, que nem um outro Deputado, na decorrência de muitos anos pela frente, poderá sequer imitá-lo.

E isso o faz muitas e muitas vezes como retrata neste instante, no subconsciente, da tribuna desta Assembléia, defendendo as causas de maior profundidade do Estado do Paraná, e V. Exa. hoje está aí desta tribuna, e fez rolar dos seus olhos lágrimas verdadeiras, porque ao ver-se a agressão ao seu progenitor, pois sera e foi consequentemente Waldemar Daros, nobre Deputado Gulin, um dos mais brilhantes parlamentares a passar por esta Casa, que por todos os acontecimentos que têm ocorrido em torno do seu nome jamais se apagará a estrutura do seu grandioso trabalho como parlamentar. Obrigado.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Daros nós que convivemos com o saudoso Waldemar Daros, que teve a honra de pertencer ao extinto Partido Trabalhista Brasileiro, não aceitamos em hipótese alguma, embora com o nosso respeito à palavra do Deputado Gulin, mas não aceitamos de forma alguma, a palavra que Waldemar Daros vinha fazendo demagogia nesta Casa, como V. Exa. vem fazendo hoje.

Waldemar Daros com o nosso respeito à sua memória, foi um homem que defendeu nesta Casa e que nós tivemos a felicidade de conviver com ele naquela Legislatura. Defendeu sempre, os interesses dos menos favorecidos pela sorte.

Waldemar Daros era o porta-voz dos ferroviários do Paraná nesta Casa; Waldemar Daros era um homem que combatia os trusts que imperavam em Curitiba com respeito à energia elétrica.

Porisso, faço apelo neste instante. V. Exa. disse já disse que estaria dando o assunto por encerrado. Mas não dê mais resposta ao Deputado Gulin, ele não merece pronunciar o nome do vosso ilustre pai. É o apelo que faço com o meu maior sentimento e com o maior respeito a todos os parlamentares.

V. Exa. dê por encerrado, e não responda mais.

Vamos respeitar a memória de um dos grandes parlamentares que lutou pelo Paraná para impor respeito e a justiça nesta Casa de Leis.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Daros eu peço apenas permissão à V. Exa. para ratificar e corroborar as palavras da vice-liderança que falou em nome da nossa Bancada e quero prestar meu depoimento de quem conheceu seu pai, ilustre advogado e posteriormente um brilhante parlamentar e como advogado e parlamentar, aprendemos a admirar.

Portanto, entendo que V. Exa. deve ficar livre de qualquer preocupação quanto ao renome do ilustre pai. Desejo também registrar a oportunidade com que o ilustre líder do Governo interveio neste debate demonstrando categoricamente que o espírito que todos têm aqui dentro é bem mais elevado do que daqueles que pretendem fazer, da extensiva e ostensiva defesa pessoal, a sua trincheira. V. Exa. está numa posição resguardada destas ofensas e acredito que quanto à matéria que V. Exa. tratou não é de caráter pessoal, trata-se de matéria de alta indagação que V. Exa. muito bem focalizou da tribuna. V. Exa. deve prosseguir, livre das peias e ataques.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço o aparte.

O SR. QUIELSE CRISOSTOMO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Adalberto Daros, desde o início da matéria que está sendo tratada por V. Exa., eu nos, apartes, notava que o final poderia ser diverso da intenção primeira.

V. Exa. lembra muito bem de que esta polêmica teve origem na Comissão de Constituição e Justiça entre V. Exa. e o deputado que emitiu parecer, como relator, em matéria daquela Comissão, Dácio Leonel.

Ja naquela vez eu dizia que não era intenção sua versar sobre ataques pessoais ao Deputado Gulin, e V. Exa., como particular amigo meu, confessava que realmente não era essa a sua intenção.

E notamos hoje que não perduram mais os princípios originais do debate entre V. Exa. e o Deputado Dácio Leonel, na Comissão. O assunto foi muito além do que prevíamos, porque hoje, vemos envolvido o nome respeitoso de seu pai.

Pediria, nobre Deputado, como parlamentar e experiente, desde as lides na Câmara Municipal de Curitiba, que haja por bem ainda em tempo hábil, evitar que essa matéria já não tem mais sentido de sua origem, e adquirirá, daqui para frente, piores destinos porque são dos ataques pessoais que sobrevêm os revides pessoais.

E é isso que estamos presenciando hoje, com muita tristeza que os ataques pessoais são recíprocos.

Eu pediria que V. Exa. procurasse lembrar que a origem da qual estamos tratando, para não chegarmos a uma guerra sobre matéria vencida; seria declarar guerra sobre batalha terminada.

Pediria e lembraria a V. Exa. não para defender o Deputado Gulin, porque a sua estória pessoal e política, como empresário e homem público, por si só já é suficiente para fazer sua defesa, mas para dizer a V. Exa. que se alguma coisa de irregular proventura existisse sobre a candidatura do Deputado Gulin, seria hoje intempestiva. Tratar deste assunto meses após a eleição, quando o Deputado já está no exercício de suas funções, é intempestivo. Peço a V. Exa. como meu amigo particular que não leve minhas palavras como defesa pessoal ao Deputado Gulin, nem como ataque pessoal a V. Exa., mas acho que a matéria é intempestiva.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço o aparte de V. Exa. e concedo aparte ao Deputado Valter Pietrângelo, e de — pois, antes de encerrar, farei algumas considerações.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Nobre Deputado Daros, meu caríssimo amigo. Não obstante a manifestação de nosso vice líder Trajano Bastos, em nome da Bancada e, posteriormente, a manifestação do nosso líder Muggiati Filho, pretendo deixar registradas as nossas palavras, afirmando que o saudoso Deputado e cidadão Waldemar Daros, é credor da reverência das autoridades da minha cidade de Maringá pela sua conduta de cidadão e pelas suas atitudes nesta Casa de Leis.

Gostaria de lembrar que numa das festividades das comemorações ao 28º aniversário de Maringá na sua presença, no último dia dez deste mês, o saudoso Waldemar Daros recebeu, através da manifestação do Prefeito Silvio Barros, a atitude de reverência pela sua postura, personalidade digna e enérgica, que honrou sobremaneira a história política de nosso Estado.

Também testemunho ao meu caríssimo Deputado, os aplausos e minha admiração pela conduta equilibrada de V. Exa. nesta tribuna e reafirmo que realmente as criaturas que conseguem se equilibrar e ir às disputas com atitudes diplomá-

ticas possuem efetivamente grandeza de alma e que o ataque pessoal, apesar de impensado e gerado pelo calor de uma discussão, ele se constitui realmente numa arma da mente humana.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço nobre Deputado Valter Pietrângelo. E gostaria, para encerra, apenas de fazer uma retificação no que diz respeito ao nosso requerimento anterior, quando solicitamos certidões das atas das reuniões da última sexta-feira e de hoje. Gostaríamos de requerer cópias das notas taquigráficas e certidão das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa determina ao Chefe do setor de Taquigrafia que apresente à mesa as notas taquigráficas, dos trabalhos de hoje, tendo em vista o artigo 25, número XVI, que diz não ser permitida a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento, ao mesmo tempo que faz apelo aos Srs Deputados para que mantenham as discussões e debates em alto nível, tendo em vista o artigo 150 do Regimento Interno, § 5º, onde diz: 'O Deputado dirigirá sua palavra ao Presidente ou à Assembléia de modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses'.

O SR. ALFREDO GULIN — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, numa ocasião do seu discurso, não falou que poderia deixar por encerrada a questão que tinha levantado por ocasião das eleições do Prefeito de Curitiba.

Isso não tive conhecimento, mas uma coisa é verdade, não poderíamos deixar de dar um esclarecimento aos nobres Deputados, à esta Casa e ao povo em geral. Entendemos após termos em nossa luta feito estudos constitucionais e jurídicos profundos referente a legitimidade de nosso mandato, que não poderíamos deixar de dar conhecimento ao povo, aos eleitores que nos trouxeram para ocupar uma cadeira nesta Casa. Em toda a parte que nos dirigiamos, todos aqueles amigos que trabalharam e lutaram conosco, estavam temerosos que isto pudesse acontecer.

De modo que o esclarecimento que trouxemos à Casa e através dos jornais, da imprensa falada e escrita, o povo tomou o conhecimento que se fazia necessário.

Mas quero lembrar que no discurso que proferimos desta tribuna em parte alguma constava o seu nome. Não dissemos o nome de ninguém. Fizemos um discurso no sentido de darmos esclarecimento. Nunca o fizemos para atacar a sua pessoa e muito menos o Partido. Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, para encerrar quero agradecer as palavras aqui ditas pelos Deputados com respeito ao meu progenitor e encerro. Era isto, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 50 Srs Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do Expediente. Necessita de apoio — **Apoiado** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs, Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 03/75, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o número de Assesores nos Gabinetes da Presidência, 1ª 2ª Secretaria deste Po-

der. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 34/74, de autoria do Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda., maquinários e instrumentos agrícolas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 160/74, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social e Beneficente de Ivaiporã. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 07/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 08/74, que aprova os termos do Acordo nº 07/73, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), e o Estado do Paraná, objetivando acelerar a execução do levantamento de Reconhecimento Aptidão Agrícola com respectiva impressão de Mapas nas áreas 1, 2, 3, 6 e 7 e da Divisão Estadual do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 16/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 161/74 que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Curitiba, visando a implantação do EIXO INDUSTRIAL que integra o Sistema Viário da Cidade Industrial de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 32/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 06/75, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Tapejara, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 33/75 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 29/75, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o Município de Verê, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do projeto de Resolução nº 34/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 28/75, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o município de Telemaco, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia local. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34/75

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e o município de Telemaco Borba, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente  
ADALBERTO DAROS — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34/75 PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 28/75

Para dar cumprimento ao item VII, do artigo 22, da Constituição Estadual, o Sr. Governador do Estado encaminha mensagem transformada na presente Proposição, afim de colher aprovação para o convênio firmado entre o Poder Executivo, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas e o Município de Telêmaco Borba, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

A matéria é legal e o parecer é favorável, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente  
ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 35/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 230/74, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Faxinal, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35/75

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, e o município de Faxinal, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente  
EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 14/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 13/75, que objetiva autorização para alienar os bens imóveis que especifica e que foram arrecadados pelo Estado, nos Autos de Arrecadação de Bens Jacentes sob o nº 26/A/58, da Comarca de Rio Negro. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 14/75

Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei

em exame, visa conseguir autorização da Casa, para que o Poder Executivo possa alienar bens imóveis que especifica, e que foram arrecadados pelo Estado, nos Autos de Arrecadação de Bens Jacentes, sob o nº 26/A/58, da Comarca de Rio Negro.

O projeto diz, ainda, que as alienações serão precedidas de avaliação e concorrência pública, e que o produto de tais alienações será aplicado com observância ao disposto no Decreto Lei nº 8207, de 22 de novembro de 1945, que dispõe sobre heranças jacentes.

A matéria é legal e constitucional, estando, portanto, em condições de ser aprovada pelo plenário.

É o parecer

Sub-Censura.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 14/75

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei oriundo de Mensagem Governamental, objetivando autorizar o Poder Executivo, a alienar os bens imóveis que especifica, os quais foram arrecadados pelo Estado, conforme consta dos Autos de Arrecadação de Bens Jacentes, sob o nº 26/A/58, da Comarca de Rio Negro.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça em parecer de seu relator anexo ao Projeto, opinou pelo acolhimento da medida solicitada.

No âmbito desta Comissão, não vemos qualquer óbice que se possa antepor à tramitação do Projeto.

Assim sendo, opino pela Aprovação para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1975.

aa— EGON PUDELL — Presidente

LÁZARO DUMONT — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Expediente firmado pelo Sr. Deputado Muggiati Filho, indicando os nomes dos Srs. Deputados Waldenício Barbalho e Valter Pietrângelo, para comporem a Comissão que irá proferir parecer ao Projeto de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido que inclua ao Plano Estadual de Educação, com verba da Loteria Esportiva, a construção do Ginásio de Esportes do Município de Santa Izabel do Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à

Primeira Igreja Batista de Curitiba, pela passagem do 61º aniversário de sua organização. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão para a visita à 1ª Feira Estadual de Bezerros do Paraná, a ser realizada em Guarapuava. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja providenciada a reconstrução de um trecho da estrada velha que liga Rio Branco a Cerro Azul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Darios, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Acarpa, pela instalação de um escritório no município de Antonina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que digne a incluir no Plano Estadual de Educação Física, a criação de um Ginásio de Esportes na cidade de Santo Antonio da Platina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Transportes e Diretor do DER, no sentido de determinar urgentes providências objetivando a construção de vias de acesso entre a BR-277 e o centro da cidade de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante de Expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente do INPS, pelas excelentes medidas visando proporcionar saúde, bem estar e progresso educacional em nossa terra. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura e ao Conselho Estadual de Educação, visando determinação de vistoria do Grupo Escolar Almirante Tamandaré, em Foz do Iguaçu. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na sessão de sexta-feira quando foi apresentado este requerimento pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino, pedi para discutir o requerimento com o propósito não de pedir a rejeição do requerimento, mas sim de trazer mais algumas informações, porque nós já sabíamos que providências haviam sido tomadas, pela Secretaria de Educação e pelo Departamento de Obras Especiais.

Neste momento, informamos à Casa de que o Departamento de Edificações e Obras Especiais por intermédio do Seu Diretor, autorizou, determinou ao engenheiro residente daquela região, que providenciasse e aplicasse todos os recursos necessários no reparo deste grupo, no município de Foz do Iguaçu. É grande a programação da Secretaria de Educação, naquela região no sentido de dar atendimento ao grande desenvolvimento do comércio de Foz do Iguaçu.

Eram estas as informações que queria trazer, dando integral apoio ao requerimento do nobre deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã dia 15, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 7/74, 14/75, 16/75, 32/75 e 33/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 34/75, 35/75, e de Lei nº 14/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 112/74, 137/74 e 152/74.

marcando ainda, uma Sessão para sexta-feira, dia 16, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 79/73, 10/74, 20/74, 13/74, 17/74, e 25/74 e de Lei nºs 20/74, 95/74, 131/74, 172/74 e 194/74.

Levanta-se a Sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, na Sala de Reuniões, deste Poder, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Accioly Neto, e presentes os Srs. Deputados Fabiano Braga Cortes, Nilso Sguarezzi, Ivan Rüppel, Waldenício Barbalho, Deni Schwartz, e Eneas Faria. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada constando da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, com o **PROJETO DE LEI Nº 45/75**, de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet. Declara de utilidade pública a União Beneficente e Recreativa de Santa Quitéria, com sede nesta Capital. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer favorável. Aprovado. Encerrada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente declara livre a palavra a fim de ser debatido problemas referentes à Comissão. O Sr. Deputado Waldenício Barbalho propõe sejam remetidos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, todos os Projetos de Lei concedendo título de cidadania honorária, que estejam tramitando nesta Comissão, a fim de que o Poder Judiciário opine a respeito, considerando que na expedição do título será aposta a assinatura do Presidente do Tribunal de Justiça, juntamente com os Chefes do Poder Legislativo e Executivo. Em votação a proposição. Aprovada. O Sr. Deputado Deni Schwartz solicita esclarecimentos sobre a legislação que declara de utilidade pública as entidades sociais. O Sr. Assessor Francisco José da Cunha Gebran presta os esclarecimentos solicitados. O Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes fala sobre os Projetos de Lei declarados ilegais ou inconstitucionais pela Comissão de Constituição e Justiça, que recebem pareceres diferentes nas demais Comissões em que tramitam, dizendo que seria necessária uma uniformização nos referidos pareceres. O Sr. Presidente esclarece que o artigo 160 do Regimento Interno, regula a matéria, resultando na rejeição do Projeto quando da votação em plenário. Mas, o que permanece de grave é a divergência de pareceres, sendo lógico houvesse uma uniformiza-

ção. O Sr. Presidente, fala ainda, que, na reunião de hoje, deveria ter comparecido o Sr. Deputado Lineu Turra, que sugeriu uma forma de corrigir o veto constitucional dos Projetos de Lei que tratam de criação ou aumento da despesa pública. Segundo o Deputado Lineu Turra o vício seria corrigido quando a criação ou aumento da despesa pública fosse consignada no Orçamento do exercício seguinte, e não no do ano em curso. O Sr. Deputado Deni Schwartz esclarece que o legislativo estadual não se comporta como deveria, pois o Executivo deveria enviar ao legislativo os seus planos de trabalho, para o devido estudo antes da aplicação dos mesmos. O Sr. Presidente esclarece que esses problemas deverão ser estudados com mais clareza por todos os membros da Comissão, a fim de se chegar a uma conclusão uniforme. O Sr. Presidente solicita o comparecimento dos Srs. Deputados membros da Comissão, na próxima reunião, quarta-feira, tendo em vista que o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Nacin Bacila Neto, estará presente, ocasião em que será discutido o Projeto de Lei que dispõe sobre a fiscalização das sociedades de Economia Mista. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual para constar a produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Accioly Neto, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) Rita Celestino Soares — secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 8a. LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Redação, com o fim específico de examinar o Projeto de Lei de nº 173/74, assumiu a Presidência o Deputado Lineu Mansani Turra, na qualidade de Vice-Presidente, tendo em vista que o Deputado Basílio Zanusso presidente da Comissão, achava-se ausente. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Luiz Alberto de Oliveira, apresentou a redação do citado Projeto de Lei a qual foi aprovada sem restrições. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) Lélcio Guimarães Sotto-Maior — relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, na sala de reuniões das Comis-

sões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Alfredo Gulin, presentes os senhores deputados David Federmann e Lineu M. Turra, havendo número legal o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, não havendo expediente sobre a mesa, passou-se de imediato à ORDEM DO DIA — **PROJETO DE LEI Nº 54/70**, de autoria do senhor deputado José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a pavimentar o trecho rodoviário Mauá—Ivaiporã, consignando na Lei de Meios de 1971, a dotação financeira para atendimento das despesas, relator o senhor deputado Lineu M. Turra, parecer favorável com substitutivo, aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 164/74**, de autoria do senhor deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Iguaçu, na estrada que liga São José dos Pinhais a Curitiba, relator o senhor deputado Lineu M. Turra, parecer favorável com substitutivo, aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 09/75**, de autoria do senhor deputado Edilson Alencar, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada com pavimentação asfáltica, ligando a BR-369 a Guaíra, passando por Assis Chateaubriand, relator o senhor deputado Alfredo Gulin que avocou na qualidade de Presidente o supra dito Projeto de Lei nº 09/75, parecer favorável, aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 146/74**, de autoria do senhor deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga Ramilândia à BR-277, no Município de Matelândia, via Diamante do Oeste, relator o senhor deputado David Federmann, parecer contrário, aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 41/74**, de autoria do senhor deputado Aryzone Mendes de Araujo, que autoriza o Poder Executivo, construir prédio destinado ao funcionamento do Centro de Saúde da cidade de Francisco Beltrão, relator o senhor deputado David Federmann, parecer favorável, aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 11/75**, de autoria do senhor deputado Otássio Pereira, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que partindo do Distrito de Rosário, no Município de Grandes Rios, liga Poço Comprido, Palmital e Rio do Peixe à BR-376, no município de Ortigueira, relator o senhor deputado Valter Pietrângelo, parecer favorável, aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 07/74**, de autoria do senhor deputado Iris Caldart, que institui normas especiais para a segurança dos edifícios, a serem observadas na elaboração dos projetos arquitetônicos e execução da obra, relator o senhor deputado Valter Pietrângelo, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo senhor deputado Presidente assinada, bem como por mim Secretário.

- a) ALFREDO GULIN — Presidente
- a) Roberto Diniz Satyro — secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 270/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 174/75, de 8 de janeiro de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de (02) dois meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 271/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 210/75, de 10 de janeiro de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de GUADÊNCIA GIL TEIXEIRA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 272/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 105/75, de 7 de janeiro de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de EUTHALIA MARTINS DA SILVA, ocupante do cargo de nível PL "23", da série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", de 14 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 273/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 236/75, de 13 de janeiro de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LÁZARO DA SILVA, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário